



Plano Anual de Investimentos

Valores Mobiliários e Títulos da Dívida Pública Federal

Ano de 2024



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Índice

Introdução	2
1. Modelo de Gestão	3
2. Estratégia de Alocação de Recursos	5
3. Escolha dos Parceiros	21
4. Metodologia de Precificação dos Ativos.....	21
5. ANEXOS	24



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência foi criado em 1999 com a competência de prover o pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores inativos e aos pensionistas, proporcionando alternativas de custeio, de capitalização de ativos e de transparência na gestão dos passivos previdenciários. A Autarquia concentra o pagamento de aposentadorias e de pensões de todos os servidores estaduais, englobando os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública do Estado.

O Estado do Rio de Janeiro, em 2012, criou a previdência complementar (Lei Estadual nº 6.243, de maio de 2012) e procedeu à segregação de massa (Lei Estadual nº 6.338, de 6 de novembro de 2012) para quem ingressasse no serviço público a partir de 4 de setembro de 2013. Estas medidas tiveram como objetivo atingir o equilíbrio financeiro e atuarial no longo prazo.

O Rioprevidência possui, assim, a competência de administrar dois fundos de previdência do Regime Próprio (RPPS): o Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário. Conforme previsto na legislação, há uma segregação gerencial, financeira e contábil dos três fundos.

O Fundo Financeiro está sob o regime de partição simples, logo a gestão de seus ativos é focada na liquidez de curto prazo. São ativos, de grande relevância financeira, deste fundo, não somente as contribuições, mas também os direitos do Estado do Rio de Janeiro sobre a exploração de petróleo e gás, nos termos do art. 20, §1º, da Constituição Federal.

O Fundo Previdenciário é destinado aos servidores que ingressaram no novo modelo de previdência do Estado, funcionando sob regime de capitalização.

Além dos fundos previdenciário e financeiro, o Rioprevidência também gerencia dois outros fundos: o Fundo Administrativo, usado para despesas operacionais e constituição de reservas, e o Fundo Militar, destinado aos pagamentos do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM).

Importante destacar que, no ano de 2023, o Estado do Rio de Janeiro possuía quadro de servidores de aproximadamente 450 mil, entre ativos, inativos e pensionistas. A folha mensal destes aposentados e pensionistas girou em torno de R\$ 2,2 bilhão.

Diante da obrigatoriedade e compromisso com as melhores práticas de gestão financeira, apresentamos à sociedade o Plano Anual de Investimentos (PAI) para o ano de 2024, relativo aos recursos financeiros da autarquia, no que tange a investimentos mobiliários e títulos da dívida pública.

A gestão norteia-se pelas diretrizes apresentadas no Plano Anual de Investimentos de 2024: gestão de recursos direcionada à visão integrada de ativos e passivos de acordo com a característica de cada Fundo gerido, buscando o retorno compatível e minimização de exposição a riscos.

¹Caderno de Recursos Humanos – Edição nº104, Gestão de Pessoas do Estado do RJ (GESPERJ) – CASA CIVIL, <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC42000038014>.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

1. MODELO DE GESTÃO

1.1. VISÃO ESTRUTURAL DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Objetivando garantir a confiabilidade da organização através de um conjunto de mecanismos, tanto de incentivos como de monitoramento, apoiados sobre princípios como transparência e prestação de contas (accountability), atualmente a estrutura da governança corporativa tem a forma da Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Estrutura da Governança Corporativa

ESTRUTURA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de administração

Leonardo Lobo Pires - Secretário De Estado De Fazenda Do Rio De Janeiro
Pedro Paulo Marinho de Barros - Representante do Ministério Público
Nicola Moreira Miccione - Secretário-Chefe Secretaria da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro
Adilson de Faria Maciel - Secretário Estadual De Planejamento E Gestão
Renan Miguel Saad - Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Patrícia Cardoso Maciel Tavares - Defensor(a) Público(a) Geral do Estado
Gabriel Albuquerque Pinto - Secretário-Geral de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça
Israel Barbosa - Representante da Assembleia Legislativa
Vera Lucia Castanheira de Azevedo – Representante da Segurados do Executivo
Eunice Bitencourt Haddad - Presidente Da Associação Dos Magistrados Do Estado Do Rio De Janeiro
Wilma Silveira Souza Leal - Representante dos Segurados do Legislativo
Claudio Henrique da Cruz Viana - Representante dos Segurados do Ministério Público
Mauro da Silva Thomaz - Representante dos Segurados do Tribunal de Contas do Estado
Deivis Marcon Antunes - Diretor-Presidente
Simone Amorim Couto - Subsecretária de Engenharia, Infraestrutura e Patrimônio do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Conselho de Fiscal

Marcio Garcia Liñares - Comissário de Polícia
Vinicius Zanata Alves Lobo - Analista do MPRJ
Bruno Campos Pereira - Auditor do Estado da controladoria



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria Executiva

Deivis Marcon Antunes - Diretor-Presidente
Alcione Soares Menezes Filho – Diretor de Administração e Finanças
Eucherio Lerner Rodrigues – Diretor de Investimentos
Guilherme Saraiva de Sá– Diretor de Segurança
Marcel Silva Gladulich – Diretor Jurídico

Controle Interno e Auditoria

Fernanda Pereira da Silva Machado – Gerente de Controle Interno e Auditoria

As responsabilidades de cada órgão da estrutura acima estão definidas detalhadamente no Regimento Interno desta Autarquia, disponibilizado no seu sítio oficial. As decisões relativas aos investimentos são colegiadas. As diretrizes de investimentos são definidas pelo Conselho de Administração, inclusive por intermédio deste PAI. As diretrizes mensais são discutidas e decididas no Comitê de Investimentos, sendo as decisões vinculantes para o Diretor de Investimentos ou seu substituto, que as deve seguir, aplicando-as em conformidade com a conjuntura econômica que se apresenta ao longo de cada mês.

1.2. MODELO A SER ADOTADO

O modelo de gestão a ser utilizado no Fundo Previdenciário (Regime Capitalizado), no Fundo Financeiro (Regime de Repartição Simples), no Fundo Administrativo (Taxa de Administração) e nos recursos do Sistema de Proteção Social dos Militares será o de gestão própria. O responsável pela gestão dos recursos é o Diretor de Investimentos que atua com auxílio de duas gerências, Gerência de Patrimônio Imobiliário e a Gerência de Operações e Investimentos. A primeira sendo responsável pela gestão e controle da carteira de imóveis pertencente ao Fundo financeiro, enquanto a segunda gerência dá suporte em relação aos valores mobiliários e títulos da dívida pública federal.

2. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

2.1. CENÁRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

2.1.1. CENÁRIO GLOBAL

À medida que avançamos pelo ano de 2024, os investidores e analistas financeiros estão atentos aos desafios e oportunidades que moldarão o cenário econômico global nos próximos meses. O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Situação Econômica Mundial e as Perspectivas para 2024 destaca uma série de tendências e fatores que influenciarão as economias em todo o mundo. Neste contexto, é fundamental compreender não apenas as tendências macroeconômicas, mas também os eventos geopolíticos e as mudanças nas políticas governamentais que podem impactar os mercados financeiros e as estratégias de investimento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

O cenário econômico global em 2024 é marcado por uma desaceleração gradual do crescimento econômico em muitas partes do mundo. Esta desaceleração é impulsionada por uma variedade de fatores, incluindo o enfraquecimento do comércio global, custos mais altos de empréstimos e crescentes tensões geopolíticas. As tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, juntamente com a guerra em curso na Ucrânia, estão contribuindo para a volatilidade nos mercados financeiros globais e afetando a confiança dos investidores.

Além disso, a questão da inflação continua sendo uma preocupação, com os bancos centrais buscando um equilíbrio delicado entre o controle da inflação e o estímulo ao crescimento econômico. A desaceleração econômica na Europa também é uma preocupação, com a União Europeia projetando um crescimento abaixo da média global para 2024.

No Brasil, a desaceleração do crescimento econômico prevista para 2024 reflete os desafios enfrentados pela economia, incluindo o impacto contínuo das políticas monetárias restritivas e a demanda externa mais fraca. Prevê-se que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) diminua para 1,6% neste ano, em comparação com 3,1% em 2023. Essa desaceleração pode ter ramificações significativas para os investidores e empresas brasileiras, que precisarão adotar estratégias financeiras cautelosas para enfrentar os desafios do ambiente econômico atual.

No entanto, apesar dos desafios, também existem oportunidades para investimentos e crescimento no Brasil. Setores como tecnologia, saúde e infraestrutura continuam a atrair investimentos e oferecer oportunidades de crescimento em meio à desaceleração econômica global. Além disso, as projeções otimistas para as exportações brasileiras em 2024 indicam um potencial para o crescimento do comércio exterior e investimentos em setores voltados para o mercado externo.

Diante dos desafios e incertezas do cenário econômico global em 2024, é essencial adotar uma abordagem prudente e adaptável em relação aos investimentos e estratégias financeiras. A diversificação cuidadosa dos investimentos, a avaliação rigorosa dos riscos e a compreensão das tendências econômicas globais são fundamentais para proteger os portfólios contra volatilidade e aproveitar oportunidades emergentes.

Em resumo, diante dos desafios e incertezas de 2024, uma abordagem prudente e informada é fundamental para garantir a resiliência e o sucesso nos investimentos e estratégias financeiras. Ao avaliar cuidadosamente as oportunidades e riscos, os investidores podem posicionar-se de forma a capitalizar as oportunidades emergentes e proteger seus portfólios contra volatilidade e incerteza nos mercados financeiros globais.

<https://www.mapfre.com/pt-br/actualidade/economia-pt-br/cenarios-economia-global/#:~:text=Em%20seu%20cen%C3%A1rio%20de%20base,8%25%20que%20a%20economia%20cresceria>

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mercado/relatorio-da-onu-preve-desaceleracao-da-economia-brasileira-em-2024/>

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023>

<https://gizmodo.uol.com.br/site-mostra-mapa-com-a-inflacao-global-em-2023-veja-o-campeao/>

<https://www.blogcessaodecreditos.com.br/economia-mundial-em-2024-breve-panorama-e-reflexo-no-brasil/#:~:text=Economia%20brasileira%20e%20o%20com%C3%A9rcio%20exterior%20em%202024&text=J%C3%A1%20para%20o%20per%C3%ADodo%20iniciado,8%25%20na%20economia%20para%202024>

<https://www.meioemensagem.com.br/marketing/impacto-da-guerra>

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

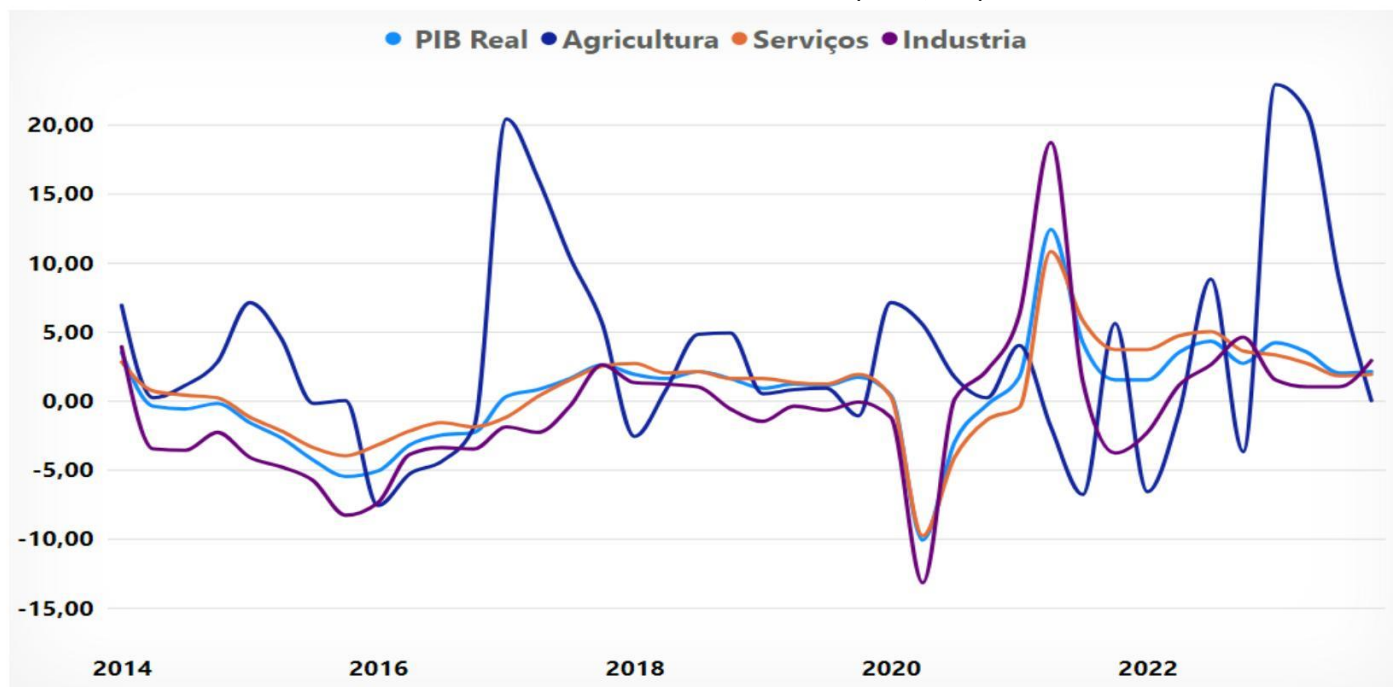
2.1.2. CENÁRIO INTERNO

Em 2023, a economia brasileira registrou um crescimento de 2,9%, superando as expectativas iniciais. Os setores agropecuário e de serviços foram os principais impulsionadores desse crescimento. A agropecuária teve um aumento notável devido às condições climáticas favoráveis, enquanto os serviços registraram um aumento significativo na geração de empregos. O setor industrial também apresentou crescimento, especialmente nas indústrias extrativas. A inflação teve variações ao longo do ano, começando com pressões inflacionárias, mas desacelerando posteriormente devido a medidas governamentais. O Banco Central reduziu a taxa Selic ao longo do ano para estimular o investimento e o consumo. Em suma, 2023 foi marcado por um crescimento econômico robusto, com controle da inflação e estabilização da economia.

No ano de 2023 tivemos um crescimento de 2,9% na atividade econômica ante ao ano anterior, terceiro e quarto trimestre de 2023 se mantiveram estáveis possuindo o mesmo resultado.

Dessa forma, é válido destacar que o desempenho da atividade econômica de 2023 superaram todas as principais expectativas do começo do ano em torno de 2% acima do esperado, sendo um resultado positivo para a economia brasileira.

PIB Real e seus setores de atividade (em %, A/A)



Fonte: Bloomberg, com elaboração própria da GEROI

Destaque a atividade de agropecuária que causou uma grande influência positiva na economia com o crescimento de 15%. Esse crescimento se deve aos fatores climáticos que favoreceram e é válido salientar o crescimento da produção e ganho de produtividade, tendo como destaque a produção de soja e milho com um crescimento de 27,1% e 19% respectivamente. (Dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE)).

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br

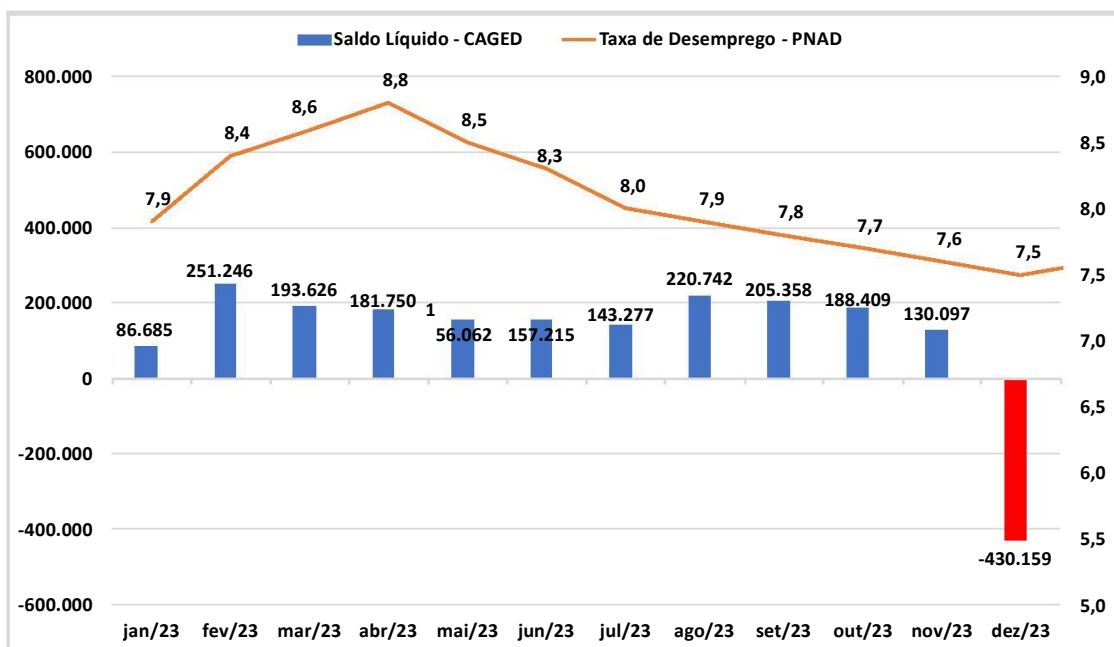


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

O setor de serviços representando 70% do PIB também obteve um crescimento de 2,4%, tendo resultados positivos em todas as suas atividades. Há dois fatores que se evidenciam esse crescimento, o primeiro deles é relacionado com a atividade que teve mais proeminência que foi a agropecuária.

Com o crescimento dessa atividade ocorreu um benefício na parte de serviços relacionadas a transporte e armazenagens, essa área obteve um crescimento de 10,74% no ano de 2023. Segundo fator a se evidenciar é que foi o setor onde mais se geraram empregos, foi o ano recorde para de empregados com carteira assinada, cerca de 37,7 milhões, alta de 5,8% na comparação com 2022. No geral o índice de desemprego foi de 7,8%, o menor desde 2014, esse resultado positivo em parte se deve as atividades anteriormente analisadas de transporte, armazenagem e correios gerando um total de 237 mil empregos (+4,3%). A economia brasileira apresentou um ótimo desempenho referente a esse indicador que um indicador muito relevante ao mercado.

Número de empregos gerados e Taxa de desemprego do ano de 2023

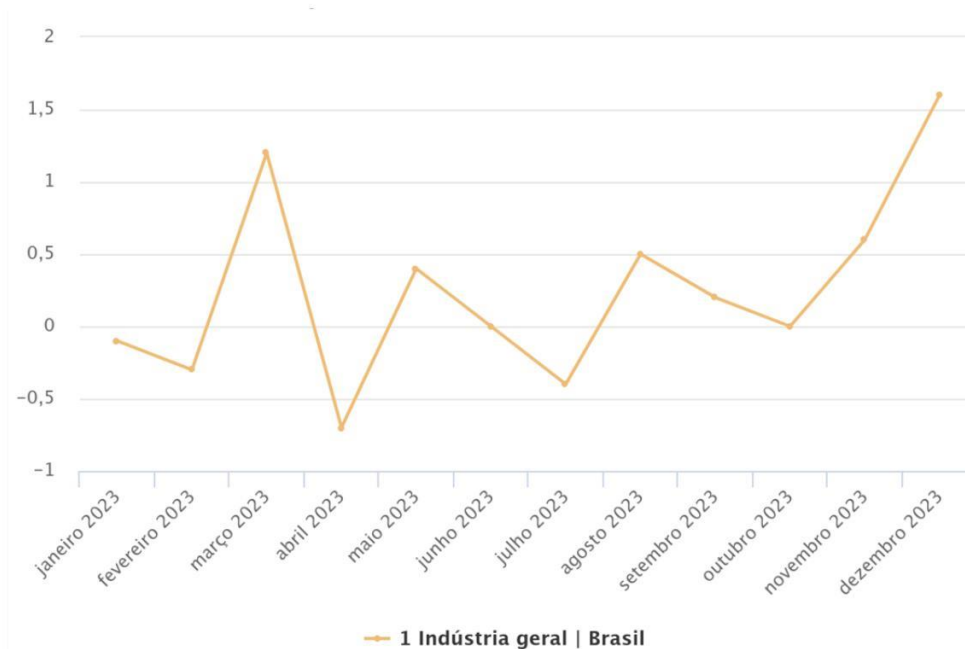


O terceiro setor que também complementa o PIB, industrial, teve seu crescimento de 1,6% com destaques nas indústrias extrativas que teve o aumento de 8,7% isso foi devido as extrações de petróleo, gás natural e de minério de ferro. Mesmo com resultados mais modestos foi o setor responsável por puxar o PIB no segundo trimestre do ano que teve o aumento de 3,4% sendo 0,9% maior em relação ao trimestre anterior.



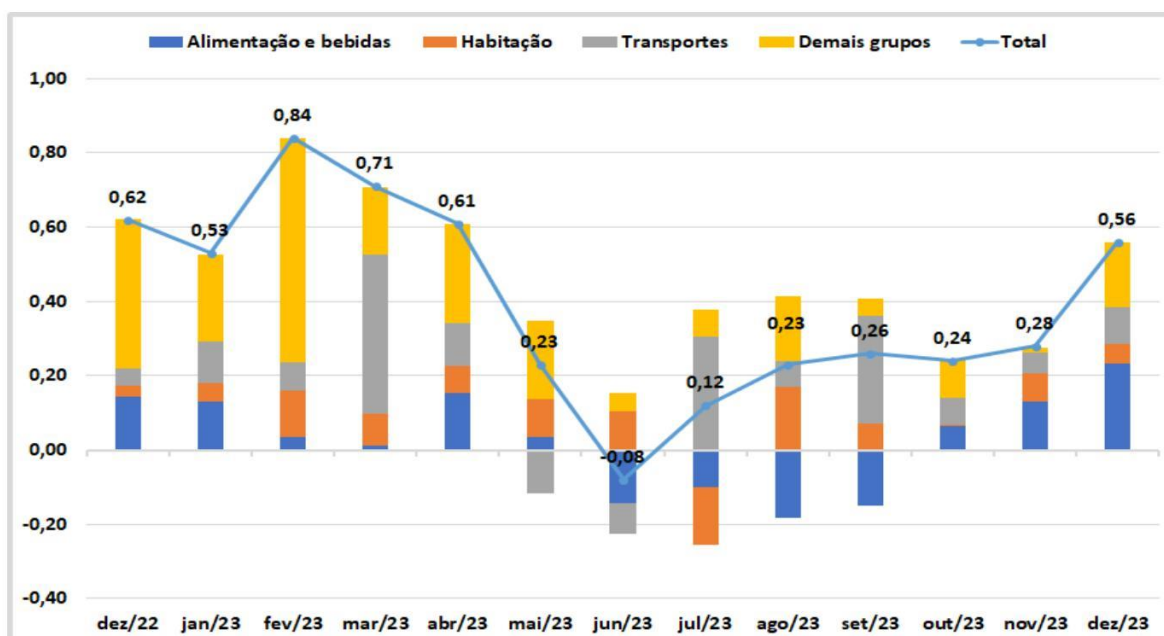
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Produção Industrial (mês/mês)



O IPCA, em 2023, outro índice extremamente relevante apresentou um comportamento misto, com variações ao longo do ano em resposta a diferentes fatores econômicos e eventos externos.

Variação mensal (em %) e Contribuições do IPCA (em pp, M/M)



Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

No início do ano, o país enfrentou algumas pressões inflacionárias, impulsionadas principalmente pelo aumento dos preços de alimentos e combustíveis. Esses aumentos foram atribuídos a fatores como a escassez de oferta de alimentos e eventos geopolíticos, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, que afetaram os preços do petróleo. Ao longo do ano, a inflação mostrou sinais de desaceleração, especialmente no segundo semestre. Isso foi atribuído a uma combinação de fatores, incluindo o impacto das medidas do governo, a estabilização dos preços de commodities e a recuperação da oferta de alimentos.

Em síntese, o panorama inflacionário brasileiro em 2023 foi marcado por um início com pressões de alta, seguido por um gradual arrefecimento ao longo do ano, influenciado por uma interação de fatores tanto domésticos quanto internacionais. É relevante ressaltar que a meta estabelecida para o período foi de 3,25%, com uma margem de tolerância de 1,5%, totalizando 4,75%. Contudo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023 encerrou em 4,62%, situando-se abaixo da meta pela primeira vez desde 2020.

Um dos instrumentos da política monetária que ajudaram a inflação a se manter no patamar da meta, foi a manipulação da taxa Selic durante o ano. Banco Central do Brasil implementou ciclos de política monetária visando controlar a inflação e estabilizar a economia. No início do ano, manteve uma postura cautelosa, deixando a Taxa de juros a 13,75% a.a. durante sete meses seguidos, um patamar considerado alto.

Taxa SELIC (M/M em %)



A partir de agosto ocorreu o corte dos juros, com isso o Brasil entra no ciclo de baixa dos juros, esse ciclo começou a partir da desaceleração da inflação, por conseguinte estimulando o investimento produtivo e o consumo. No boletim focus do 06/01/2023 a previsão era de 12,25%, dessa forma o ano fechou com 0,5% a menos do que o mercado esperava.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.2. PERFIL ATUAL DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

2.2.1. FUNDO FINANCEIRO

A análise a seguir destaca a distribuição especializada dos investimentos do Fundo Financeiro, que se concentram exclusivamente em Renda Fixa (RF) - Indexada ao DI. Com um volume de investimento total que representa aproximadamente 57,74% do total combinado dos planos geridos pela RIOPREVIDÊNCIA. Esses números ressaltam a importância significativa do Fundo Financeiro na composição da carteira de investimentos da RIOPREVIDÊNCIA, evidenciando sua relevância para a gestão financeira dos planos previdenciários sob sua responsabilidade.

2.2.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

A análise detalhada revela uma distribuição abrangente do Fundo Previdenciário na RIOPREVIDÊNCIA, composto por diversos segmentos de investimento. Os benchmarks destacam a relevância de cada categoria em relação ao Patrimônio Líquido (PL) do fundo.

Títulos Públicos Federais (TPF) representam expressivos 53% do PL. Renda Fixa - Indexada | DI possui uma alocação significativa de 32% do PL. Renda Fixa - Indexada | IMAB5 contribui com 3% do PL. Renda Fixa - Indexada | IMAB apresenta uma parcela de 1% do PL.

Renda Fixa - Ativa | IMAG participa com 4% do PL. Renda Fixa - Vértice possui uma fatia significativa de 8% do PL. Renda Variável - Ativa | IBOV, embora não tenha um impacto significativo no PL.

O Fundo Previdenciário apresenta o investimento, distribuído estrategicamente entre diferentes classes de ativos, refletindo a busca por um portfólio equilibrado e alinhado aos objetivos de longo prazo do fundo. Sua representação no total do Rioprevidência é de aproximadamente 29,51%.

2.2.2.1. DESEMPENHO

A liquidez da carteira destaca-se com os seguintes prazos médios para conversão dos ativos: até 30 dias (49,49%) e acima de 180 dias (50,51%). A gestão eficiente dos recursos financeiros, baseada no tripé de rentabilidade, liquidez e risco, exige a manutenção do foco em ativos de baixo risco. É crucial avaliar continuamente o cenário econômico para minimizar o impacto da sua dinâmica na rentabilidade da carteira de investimentos.

A carteira, com rentabilidade acumulada de 9,71% até novembro, superando a meta atuarial consolidada de 7,71%, demonstra o sucesso da estratégia atual. Com base nessas considerações, propomos ajustes na política de investimentos para manter a alocação em ativos de baixo risco, alta liquidez e rentabilidade superior à meta atuarial. Essa proposta visa aprimorar ainda mais a eficácia na gestão dos recursos financeiros, alinhando-se ao objetivo de equilibrar segurança e retorno.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.2.3. FUNDO ADMINISTRATIVO E MILITAR

Além dos fundos previdenciários mencionados, o Rioprevidência também gerencia dois outros fundos: o Fundo Administrativo, que recebe os recursos provenientes da taxa de administração e são utilizados para as despesas operacionais da Autarquia ou para constituir reservas; e o Fundo Militar, conhecido internamente por esse nome, cujo propósito é efetuar os pagamentos relacionados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM).

2.2.3.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

A carteira do Fundo Administrativo não é destinada a cobrir benefícios previdenciários. Sua criação está relacionada à implementação da taxa de administração de 2,00% sobre a folha de ativos e benefícios concedidos, visando custear o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A análise anterior expõe a estrutura estratégica do Fundo Administrativo da RIOPREVIDÊNCIA, composto exclusivamente pelo segmento RF - Indexada | DI (100%). Esse fundo destaca-se pela prudência e cautela na gestão dos investimentos. Sua representação no montante total da RIOPREVIDÊNCIA equivale a aproximadamente 3,15%, evidenciando sua contribuição para a diversificação e segurança da carteira de investimentos da instituição.

2.2.3.2. FUNDO MILITAR

A carteira do Fundo Militar é responsável por cobrir as obrigações relacionadas ao Sistema de Proteção dos Militares, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 13.954/2019. Sua gestão é de responsabilidade do Rioprevidência, porém seu patrimônio é distinto do patrimônio do ente gestor, sendo administrado em conjunto com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

2.3. OBRIGAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A avaliação das obrigações dos fundos financeiro e previdenciário é conduzida por meio da Avaliação Atuarial, conforme o relatório mais recente disponível datado de agosto de 2022. De acordo com este relatório, o processo de Avaliação Atuarial segue várias etapas, incluindo uma análise crítica das bases de dados dos servidores ativos, inativos e pensionistas de todos os Poderes, com data-base em 30/08/2022; a seleção de premissas e hipóteses financeiras e atuariais; o cálculo das reservas matemáticas; a análise dos resultados e a elaboração de estudos e fluxos atuariais em conformidade com a Portaria MF nº 464/2018. Além disso, são comparados os resultados das três últimas avaliações atuariais realizadas para os Fundos Financeiro e Previdenciário do RPPS. As obrigações consideradas incluem aposentadorias compulsórias, por tempo de contribuição e por idade, além de aposentadoria por invalidez e pensão por morte.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.3.1. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

No exercício de 2020, observou-se que a receita de contribuição patronal efetivamente realizada ficou abaixo da receita estimada em cerca de 22,69%, enquanto a receita de contribuição efetivamente realizada pelos participantes foi aproximadamente 24,15% abaixo da receita estimada. Em relação às despesas, a despesa efetivamente executada com benefícios para os Inativos foi cerca de 38,10% menor do que a despesa estimada, e a despesa efetivamente executada com benefícios para os Pensionistas foi cerca de 51,75% menor do que a despesa estimada.

No exercício de 2021, tanto a receita de contribuição patronal efetivamente realizada quanto a receita de contribuição efetivamente realizada pelos participantes ficaram abaixo das receitas estimadas, em cerca de 41,54% e 41,29%, respectivamente. Em relação às despesas, a despesa efetivamente executada com benefícios para os Inativos foi cerca de 25,31% maior do que a despesa estimada, enquanto a despesa efetivamente executada com benefícios para os Pensionistas foi aproximadamente 108,86% maior do que a despesa estimada.

No exercício de 2022, tanto a receita de contribuição patronal efetivamente realizada quanto a receita de contribuição efetivamente realizada pelos participantes ficaram abaixo das receitas estimadas, em cerca de 8,39% e 2,92%, respectivamente. Em relação às despesas, a despesa efetivamente executada com benefícios para os Inativos foi cerca de 1,37% menor do que a despesa empenhada, enquanto a despesa efetivamente executada com benefícios para os Pensionistas foi aproximadamente 3,01% menor do que a despesa empenhada.

No exercício de 2023, tanto a receita de contribuição patronal efetivamente realizada quanto a receita de contribuição efetivamente realizada pelos participantes ficaram abaixo das receitas estimadas, em cerca de 3,40% e 4,88%, respectivamente. Em relação às despesas, a despesa efetivamente executada com benefícios para os Inativos foi cerca de 2,39% menor do que a despesa empenhada, enquanto a despesa efetivamente executada com benefícios para os Pensionistas foi aproximadamente 3,38% menor do que a despesa empenhada.

Essas variações entre as receitas e despesas efetivamente realizadas podem ser explicadas pelo fato de o plano ainda estar em fase de maturação no período analisado, o que pode resultar em uma divergência média nas estimativas das contribuições futuras e uma divergência percentual alta em relação às despesas efetivamente executadas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.3.2. FUNDO FINANCEIRO

Já em 2020, as receitas estimadas foram de cerca de R\$ 13.466.714.421,73, enquanto as despesas estimadas foram de aproximadamente R\$ 17.753.486.573,15, resultando em um saldo negativo de aproximadamente R\$ - 4.286.772.151,42. As receitas efetivamente realizadas superaram as estimativas em 40,17%, enquanto as despesas executadas ficaram 11,94% abaixo das projeções para benefícios de aposentados e 23,65% abaixo das projeções para benefícios de pensionistas, resultando em um saldo negativo de 12,52%.

No exercício de 2021, as receitas estimadas foram de aproximadamente R\$ 4.661.594.018,42, enquanto as despesas estimadas totalizaram cerca de R\$ 18.069.791.582,45, resultando em um saldo negativo de aproximadamente R\$ -13.408.197.564,03. As receitas efetivamente realizadas excederam as estimativas em 39,34%, enquanto as despesas executadas ultrapassaram as projeções em 22,91% para benefícios de aposentados e 16,69% para benefícios de pensionistas, resultando em um saldo negativo de 27,68%.

No exercício de 2022, as receitas estimadas foram de aproximadamente R\$ 78.978.760.295,55, enquanto as despesas estimadas totalizaram cerca de R\$ 80.057.518.617,25, resultando em um saldo negativo de aproximadamente R\$ -2.431.612.732,39. As receitas efetivamente realizadas excederam as estimativas em 8,39%, enquanto as despesas executadas ultrapassaram as projeções em 1,37% para benefícios de aposentados e 3,01% para benefícios de pensionistas, resultando em um saldo negativo de 3,38%.

No exercício de 2023, as receitas estimadas foram de aproximadamente R\$ 86.995.165.828,60, enquanto as despesas estimadas totalizaram cerca de R\$ 87.150.204.260,93, resultando em um saldo negativo de aproximadamente R\$ -3.991.660.353,81. As receitas efetivamente realizadas excederam as estimativas em 0,60%, enquanto as despesas executadas ultrapassaram as projeções em 1,37%, resultando em um saldo negativo de 4,58%.

Essas divergências entre as receitas e despesas efetivamente realizadas podem ser atribuídas às análises realizadas nas contribuições previdenciárias e nas despesas com benefícios previdenciários ao longo desses anos.

2.4. OBJETIVOS DOS INVESTIMENTOS

O objetivo da gestão de investimento difere entre os fundos financeiro, previdenciário, os recursos da taxa de administração e os recursos do sistema de proteção social dos militares. No financeiro é buscar uma rentabilidade que resulte em manutenção ou ganho nominal; no previdenciário, é buscar uma rentabilidade compatível com a meta atuarial definida pelo atuário responsável do RPPS, de forma a manter o equilíbrio econômico e financeiro entre ativos e passivos do RPPS; na administração dos recursos da taxa de administração, é buscar uma rentabilidade que resulte em manutenção ou ganho nominal; assim como na administração dos recursos da proteção social dos militares.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.4.1. META ATUARIAL

De acordo com o estabelecido pelo atuário responsável a meta será definida conforme a tabela disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467, Nº 3.289, DE 23 DE AGOSTO DE 2023 (Altera o art. 4º no Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, referente à taxa de juros parâmetro das avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social para o exercício de 2024.) conforme tabela abaixo.

Taxa de Juros Parâmetro.

Pontos da duração do passivo (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.) para Avaliação de Atuarial de 2024	Pontos da duração do passivo (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.) para Avaliação de Atuarial de 2024
1,00	2,72	17,50	4,87
1,50	3,04	18,00	4,88
2,00	3,32	18,50	4,89
2,50	3,54	19,00	4,90
3,00	3,71	19,50	4,91
3,50	3,85	20,00	4,92
4,00	3,97	20,50	4,93
4,50	4,07	21,00	4,93
5,00	4,15	21,50	4,94
5,50	4,22	22,00	4,95
6,00	4,29	22,50	4,96
6,50	4,34	23,00	4,96
7,00	4,39	23,50	4,97
7,50	4,44	24,00	4,97
8,00	4,48	24,50	4,98
8,50	4,52	25,00	4,99
9,00	4,55	25,50	4,99
9,50	4,58	26,00	5,00
10,00	4,61	26,50	5,00
10,50	4,64	27,00	5,00
11,00	4,66	27,50	5,01
11,50	4,68	28,00	5,01
12,00	4,71	28,50	5,02
12,50	4,73	29,00	5,02
13,00	4,75	29,50	5,02
13,50	4,76	30,00	5,03
14,00	4,78	30,50	5,03
14,50	4,79	31,00	5,04
15,00	4,81	31,50	5,04
15,50	4,82	32,00	5,04
16,00	4,84	32,50	5,04
16,50	4,85	33,00	5,04
17,00	4,86	33,50	5,04
		34 ou mais	5,10

Fonte Ministério do Trabalho e Previdência, elaboração própria.

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Sendo assim, e considerando as informações apresentadas no relatório, a taxa real de juros da meta atuarial definida para o ano de 2024 no Fundo Previdenciário será de 4,97%, Fundo Financeiro será de 4,64%, Fundo Militar será de 4,93% todos eles mais a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor e o Fundo Administrativo será o CDI.

2.4.2. META DE RENTABILIDADE (PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS)

No longo prazo as taxas de juros parâmetro conforme divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, tende a diminuir em consequência da sua metodologia de cálculo¹ associada a expectativa de mudança na estrutura econômica brasileira que permitirá a conversão de uma taxa de juros real mais próxima a taxa de juros neutra (3,5 – 4%). Embora atualmente o RPPS tenha adotado a prática de seguir a tabela divulgada como parâmetro é possível que a meta atuarial já seja reduzida dado o atual nível de superávit atuarial.

Na portaria nº 1.467/2022 do Ministério do Trabalho e Previdência, em seu art. 102, inciso IV, alínea b, o RPPS deve “buscar a compatibilidade da meta de rentabilidade com o perfil da carteira de investimentos do RPPS, a partir das estratégias de alocação definidas na forma do inciso II do caput, tendo por base cenários macroeconômico e financeiros e os fluxos atuariais com as projeções das receitas e despesas futuras do RPPS”. Logo a rentabilidade dos ativos do RPPS deverá ser aquela que permite que os ativos supram as necessidades de caixa ao longo do tempo.

No tocante ao segmento estruturado, na classe de Fundos de Investimento em participação, a rentabilidades dos FIP é muito diversa, em virtude justamente do seu objetivo que é reunir um montante de capital para investimento em, majoritariamente, companhias fechadas ou sociedades limitadas visando acompanhar e lucrar com o crescimento desses negócios a longo prazo. Ainda que sejam listados em bolsa, seus retornos possuem comportamento anormal, resultado do risco de liquidez. Essas características dificultam uma avaliação de um retorno médio para esse mercado.

Para futuras alocações do RPPS a avaliação da rentabilidade será feita de projeto a projeto quando as oportunidades para o investimento forem apresentadas ao RPPS, sendo que o mínimo requerido é a meta de rentabilidade do RPPS. Para o crédito privado a dificuldade estimativa está na armadilha da precificação desses ativos no mercado brasileiro, devido à falta de liquidez, em alguns casos não havendo sequer negociação no mercado secundário, e a diferenciação de métodos utilizados por instituições financeiras. O mercado brasileiro de crédito ainda é dominado por emissões de cupons flutuantes referenciados na taxa DI.

¹ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 doa Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda – A Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média corresponde à média de 5 (cinco) anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.4.3. ESTRATÉGIA ALOCATIVA

2.4.3.1. FUNDO FINANCEIRO

O Fundo financeiro é constituído sob o regime financeiro de repartição simples e, portanto, segue o princípio da solidariedade intergerações. Logo é gerido de forma que seja compatível com sua característica de fluxo de caixa e insuficiência de cobertura. O volume financeiro deste fundo é alocado em produtos financeiros de curtíssimo prazo, que tenham como benchmark a taxa de juros interbancária de um dia, evitando perdas nominais.

Estratégia Alocativa do Fundo Financeiro

Enquadramento Resolução 4.963/2021	Segmento	Alocação Vigente Financeiro	Alocação Estratégica	Limite Superior Financeiro	Limite Global Resolução CMN 4963/21)
7º I a	Títulos Públicos de emissão do TN	0%	100%	50%	100%
7º I b	Fundos Renda fixa 100% TP/ETF	83,89%	100%	100%	100%
7º I c	Fundos Renda Fixa "Livre"	0%	100%	100%	100%
7º II	Operações compromissadas com lastro em TPF	0%	0%	0%	5%
7º III a	Renda fixa conforme CVM	16,11%	60%	60%	60%
7º III b	ETF RF CVM	0%	0%	0%	60%
7º IV	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras	0%	20%	20%	20%
7º V a	FIDC Sênior	0%	5%	5%	5%
7º V b	Renda Fixa Crédito Privado	0%	5%	5%	5%
7º V c	Debentures Incentivadas	0%	0%	5%	5%
8º I	Fundo de Ações CVM	0%	0%	5%	30%
8º II	ETF RV CVM	0%	0%	5%	30%
9º I	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	0%	0%	5%	10%
9º II	FIC Aberto - Investimento no Exterior	0%	0%	5%	10%
9º III	Fundo de Ações - BDR Nível I	0%	0%	5%	10%
10º I	Fundos Multimercados	0%	0%	10%	10%
10º II	FI em Participações	0%	0%	5%	5%
10º III	FI Ações - Mercado de Acesso	0%	0%	5%	5%
11º	FI Imobiliários	0%	0%	5%	5%
12º	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	0%	0%	0%	5%



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.4.3.1.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

A carteira do Fundo da Taxa de Administração é gerida de forma que a sua geração de reserva seja o mais compatível possível com as despesas administrativas do RPPS ao longo do tempo.

Estratégia Alocativa do Fundo Administrativo

Enquadramento Resolução 4.963/2021	Segmento	Alocação Vigente Administrativo	Alocação Estratégica	Limite Superior Administrativo	Limite Global Resolução CMN 4963/21)
7º I a	Títulos Públicos de <u>emissão do TN</u>	0%	0%	0%	100%
7º I b	Fundos Renda fixa 100% TP/ETF	0%	100%	100%	100%
7º I c	Fundos Renda Fixa "Livre"	0%	100%	100%	100%
7º II	Operações compromissadas com lastro em TPF	0%	0%	0%	5%
7º III a	Renda fixa conforme CVM	72,11%	100%	100%	60%
7º III b	ETF RF CVM	0%	0%	0%	60%
7º IV	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras	27,89%	30%	30%	20%
7º V a	FIDC Sênior	0%	0%	0%	5%
7º V b	Renda Fixa Crédito <u>Privado</u>	0%	0%	5%	5%
7º V c	Debentures Incentivadas	0%	0%	0%	5%
8º I	Fundo de Ações CVM	0%	0%	0%	30%
8º II	ETF RV CVM	0%	0%	0%	30%
9º I	FIC e FIC FI - Renda Fixa - <u>Dívida Externa</u>	0%	0%	0%	10%
9º II	FIC Aberto - Investimento no Exterior	0%	0%	0%	10%
9º III	Fundo de Ações - BDR <u>Nível I</u>	0%	0%	0%	10%
10º I	Fundos Multimercados	0%	0%	0%	10%
10º II	FI em Participações	0%	0%	0%	5%
10º III	FI Ações - Mercado de Acesso	0%	0%	0%	5%
11º	FI Imobiliários	0%	0%	0%	5%
12º	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	0%	0%	0%	5%



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

*O Rioprevidência faz a gestão do Fundo Administrativo, que recebe os recursos provenientes da taxa de administração de 2,00% sobre a folha de ativos e benefícios concedidos, e são utilizados para as despesas operacionais da Autarquia ou para constituir reservas; desta forma estando condicionado somente a investimentos em instituições pública e títulos de instituições financeiras selecionadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

2.4.3.1.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

A carteira do Fundo Previdenciário é gerida de forma que as despesas previdenciárias sejam compatíveis às receitas ao longo do tempo.

Estratégia Alocativa do Fundo Previdenciário

Enquadramento Resolução 4.963/2021	Segmento	Alocação Vigente Previdenciário	Alocação Estratégica	Limite Superior Previdenciário	Limite Global Resolução CMN 4963/21)
7º I a	Títulos Públicos de emissão do TN	53,4%	100%	100%	100%
7º I b	Fundos Renda fixa 100% TP/ETF	34%	100%	100%	100%
7º I c	Fundos Renda Fixa "Livre"	11,8%	100%	100%	100%
7º II	Operações compromissadas com lastro em TPF	0%	0%	5%	5%
7º III a	Renda fixa conforme CVM	0%	60%	60%	60%
7º III b	ETF RF CVM	0%	60%	60%	60%
7º IV	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras	0%	15%	20%	20%
7º V a	FIDC Sênior	0%	5%	5%	5%
7º V b	Renda Fixa Crédito Privado	0%	5%	5%	5%
7º V c	Debentures Incentivadas	0%	0%	5%	5%
8º I	Fundo de Ações CVM	0%	5%	30%	30%
8º II	ETF RV CVM	0%	0%	30%	30%
9º I	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	0%	0%	10%	10%
9º II	FIC Aberto - Investimento no Exterior	0%	0%	10%	10%
9º III	Fundo de Ações - BDR Nível I	0%	0%	10%	10%
10º I	Fundos Multimercados	0%	0%	10%	10%
10º II	FI em Participações	0%	0%	5%	5%
10º III	FI Ações - Mercado de Acesso	0%	0%	5%	5%
11º	FI Imobiliários	0%	0%	5%	5%
12º	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	0%	0%	10%	5%



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.5. ANÁLISE DOS RISCOS

Os riscos serão avaliados conforme Manual de Conformidade e Riscos publicado no sítio do RPPS assim como as ações de contingência.

3. ESCOLHA DOS PARCEIROS

O Rioprevidência realiza prévio credenciamento, com acompanhamento e avaliação dos gestores e administradores dos fundos de investimentos e das demais instituições escolhidas que estão aptas a receber as aplicações financeiras. Dentre os parâmetros avaliados estão o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição reputacional, o padrão ético de conduta e a aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.

Tal procedimento está em linha com as melhores práticas de mercado para a seleção de instituições financeiras na gestão de recursos de terceiros, inclusive com a seleção periódica realizada pelo Tesouro Nacional para os “dealers”³⁴.

O processo de credenciamento é detalhado no Manual de Credenciamento de Instituições e Fundos disponível no sítio do RPPS.

4. METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

As aplicações financeiras do Rioprevidência são feitas, até o momento, em fundos de investimento e em títulos públicos.

4.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Os Fundos de Investimentos são regulados pelos normativos abaixo:

- Instrução CVM Nº 577 de 07 de julho de 2016 e alterações - Plano Contábil dos Fundos de Investimento – COFI
- Instrução CVM Nº 555, de 17 de dezembro de 2014, e alterações – Constituição, administração, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento.
- Código de Autorregulação ANBIMA para Fundos de Investimento.

A responsabilidade pela precificação e cálculo do valor da cota é do administrador do Fundo de Investimento. O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do fundo. Para cálculo do patrimônio, o administrador precifica todos os ativos do fundo no fechamento do dia. Segundo a Instrução CVM nº 577/2016, os ativos integrantes da carteira dos fundos de investimento devem ser preferencialmente registrados pelo valor justo e descreve que a melhor evidência do valor justo é o preço de transação. Afirma, também,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

que a metodologia de apuração do valor justo é de responsabilidade do administrador e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação.

4.2. TÍTULOS PÚBLICOS

Os títulos adquiridos para serem mantidos até o vencimento, serão apreçados e contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos. Enquanto os mantidos para negociação devem ser apreçados a valor de mercado no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro de forma a refletir o seu valor real, conforme PORTARIA Nº 577, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, do Ministério da Fazenda.

Características Gerais dos Títulos Públicos Federais

Título	Índice	Cupom de Juros	Vencimento mais longo	Tipo	Valor de Face no Vencimento
LTN (Letra do Tesouro Nacional)	-	-	Aprox. 24 Meses	Prefixado	R\$ 1.000,00
NTN-F (Nota do Tesouro Nacional - Série F)	-	10% a.a pago semestralmente	Aprox. 10 anos		
NTN-B (Nota do Tesouro Nacional - Série B)	IPCA (Índice de Preços) pago semestralmente Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)	6% a.a pago semestralmente	Aprox. 40 anos	Indexado a inflação	-
NTN-C (Nota do Tesouro Nacional - Série C)	IGP-M Índice de Preços Fonte: FGV (www.fgv.br)	6 ou 12% a.a pago semestralmente	Aprox. 25 anos		-
LTT (Letra Financeira do Tesouro)	Selic Taxa de Juros Fonte: Banco Central (www.bcb.gov.br)	-	Aprox. 5 anos	Flutuante	-



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Fórmulas Utilizadas para o Cálculo de Preço e Cotação dos Títulos Públicos Federais

Título	Preço	Valor Nominal Atualizado (VNA)	Vencimento mais longo
LTN (Letra do Tesouro Nacional)	$Preço = \frac{1.000}{(1 + TAXA)^{(DU/252)}}$	-	-
NTN-F (Nota do Tesouro Nacional - Série F)	$\left[\frac{1000 \times (1,10^{0,5} - 1)}{(1 + taxa)^{du1/252}} \right] + \left[\frac{1000 \times (1,10^{0,5} - 1)}{(1 + taxa)^{du2/252}} \right] + \dots + \left[\frac{1000 \times (1,10^{0,5})}{(1 + taxa)^{dun/252}} \right]$	-	-
NTN-B (Nota do Tesouro Nacional - Série B)	Cotação (%) * VNA	Fator de atualização do IPCA entre a data base (15/07/2000) e a data da liquidação do negócio.	$\left[\frac{100 \times (1,06^{0,5} - 1)}{(1 + taxa)^{du1/252}} \right] + \left[\frac{100 \times (1,06^{0,5} - 1)}{(1 + taxa)^{du2/252}} \right] + \dots + \left[\frac{100 \times (1,06^{0,5})}{(1 + taxa)^{dun/252}} \right]$
NTN-C (Nota do Tesouro Nacional - Série C)	Cotação (%) * VNA	Fator de atualização do IGP-M entre a data base (01/07/2000) e a data da liquidação do negócio.	
LTT (Letra Financeira do Tesouro)	Cotação (%) * VNA	Fator de atualização do Selic entre a data base (01/07/2000) e a data da liquidação do negócio.	$Preço = \frac{1.000}{(1 + TAXA)^{(DU/252)}}$

Cotação => valor presente do fluxo de caixa descontado dos cupons remanescentes e do principal.



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

5. ANEXOS

ANEXO I – MATRIZ DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

MATRIZ DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES															
RESPONSÁVELS			POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			PROCESSOS						
Órgãos e Agentes			Política Atual de Investimentos			Credenciamento			Aplicação			Controle			
Materiais															
Comitê Deliberativo (COMDEL)			Atiba	NP	NP										
Rep.	Aprovação	Cliente													
Comitê Fiscal (COMFIS)			Atiba	Aprovação	NP										
Rep.	Cliente	Cliente													
Comitê de Acompanhamento (COMAC)			Atiba	Aprovação	NP										
Rep.	Proposição	Aprovação													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	Elaborar	NP										
Rep.	Proposição	Autorização													
Assessoria de Credenciamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Comitê de Acompanhamento e Monitoramento (COMAM)			Atiba	NP	NP										
Rep.	NP	NP													
Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento (ACRM)			Atiba	NP											



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO II – Estudo de ALM (Previdenciário)





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

ÍNDICE

1. Modelo de Otimização
2. Geração de Cenário – Metodologia
3. Cenário Base
4. Passivo Atuarial
5. Carteira de Ativos e Premissas
6. Resultados

3



MODELOS UTILIZADOS





MODELOS UTILIZADOS

A ADITUS possui ferramenta proprietária que permite a parametrização de regras e objetivos específicos, de acordo com o tipo de plano de benefícios, com o intuito de atender, da melhor forma possível, as suas peculiaridades.

A ferramenta **verifica o comportamento da carteira em N cenários**, resultantes das simulações de comportamento dos indicadores econômicos, onde os **índices de liquidez, solvência e rentabilidade são otimizados**.

O detalhamento dos modelos e técnicas empregadas na elaboração dos estudos está descrito em documento específico que poderá ser disponibilizado a pedido do cliente.

5



MODELOS UTILIZADOS

Destaca-se, do processo de elaboração dos estudos, que as simulações dos cenários consideram:

- ✓ **Volatilidade** histórica dos ativos;
- ✓ **Correlação** histórica entre os ativos;
- ✓ **Projeção de mercado para taxas nominais e reais;**
- ✓ **Metas de rentabilidade** do plano.

6





MODELOS UTILIZADOS

O modelo é capaz de gerar projeções cujo comportamento se assemelha muito ao comportamento real dos ativos, sem desprezar os choques que podem sofrer em razão das incertezas do mercado (volatilidade), porém preservando sua tendência de longo prazo. O processo é descrito a seguir:



7



MODELOS UTILIZADOS

Ainda sobre os modelos, é importante destacar as fontes de dados utilizadas para definição das premissas:

1. Sistema **Economática** (séries históricas de indicadores);
2. **Bloomberg** (séries históricas);
3. Indicadores econômicos **Bacen** (projeções macro econômicas);
4. Curvas de mercado **BM&F Bovespa**;
5. **CVM** (base de dados dos fundos).

8





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

MODELOS UTILIZADOS

A carteira ótima resultante do estudo é aquela que, na média dos N cenários, atende os requisitos de liquidez para o período da simulação, com os melhores índices de rentabilidade e solvência, sem comprometer o fluxo de caixa futuro do plano.

9



CENÁRIO BASE





CENÁRIO BASE

Com base nos dados disponíveis no mercado relacionados ao histórico e projeções dos indicadores, foi desenvolvida uma **linha de tendência** para cada um dos **benchmarks** do portfólio do plano.

Essa linha de tendência é fonte base para o gerador de cenários, que utiliza essa expectativa de retorno dos **benchmarks** nas simulações estocásticas, considerando a volatilidade histórica de cada um deles.

Considerando que as premissas do cenário base são alteradas de forma dinâmica, com atualizações mensais, o documento com o detalhamento das variáveis consideradas fica à disposição do cliente.

O slide a seguir demonstra as linhas de tendências desenvolvidas para esse estudo. Em sequência, os resultados das simulações para cada **benchmark**.

11



CENÁRIO BASE

Mediana da expectativa de retorno por Benchmark

Ano	CDI/Selic	IPCA/INPC	IGP-M	IMA-B	IMA-B \$	IMA-B \$+	Ibovespa	IFIX	Global Agg Bond	MSCI World BRL
1	12,33	7,07	10,31	14,52	12,85	15,77	16,63	13,35	12,89	15,39
2	10,21	5,33	5,83	12,56	10,71	13,96	14,06	11,21	10,76	14,63
3	9,21	4,65	4,20	11,76	10,16	12,97	13,03	10,66	9,75	13,57
4	8,08	3,79	4,00	10,25	8,99	11,20	11,89	9,49	8,53	12,44
5	7,33	3,00	4,00	8,53	7,90	9,01	10,55	8,40	7,60	9,03
6 ¹	7,00	3,00	4,00	8,42	7,73	8,94	10,21	8,23	7,27	8,69
7	7,00	3,00	4,00	8,42	7,73	8,94	10,21	8,23	7,27	8,69
8	7,00	3,00	4,00	8,42	7,73	8,94	10,21	8,23	7,27	8,69
9	7,00	3,00	4,00	8,42	7,73	8,94	10,21	8,23	7,27	8,69
10	7,00	3,00	4,00	8,42	7,73	8,94	10,21	8,23	7,27	8,69
Vol.	0,25	1,21	3,02	6,99	2,90	10,47	22,25	11,09	5,19	15,87

12

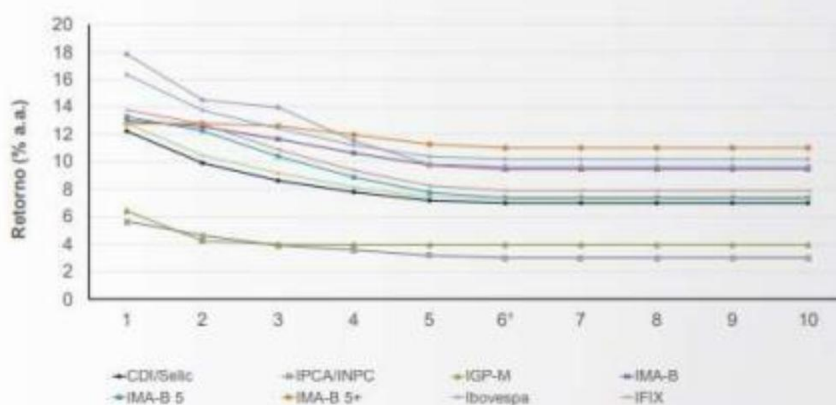
¹ Para os anos posteriores, os benchmarks tornam-se constantes, utilizando os valores projetados no sexto ano para a perpetuidade.





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

CENÁRIO BASE



13

* Para os anos posteriores, os benchmarks tornam-se constantes, utilizando os valores projetados no sexto ano para a perpetuidade.



PROJEÇÃO DE CENÁRIOS – NTN-BS

Para os títulos públicos atrelados a inflação (NTN-Bs), foram considerados dados das curvas do dia 26/09/2022. As taxas utilizadas estão descritas na tabela abaixo:

Vencimento	Yield
mai-23	8,56
ago-24	6,87
mai-25	6,13
ago-26	5,85
mai-27	5,84
ago-28	5,78
ago-30	5,74
ago-32	5,83
mai-35	5,83
ago-40	5,82
mai-45	5,88
ago-50	5,88
mai-55	5,88
ago-60	5,88

14





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



PASSIVO ATUARIAL



PASSIVO – Fluxo de Obrigações Financeiras

No próximo slide está apresentado o fluxo do passivo. Cabe lembrar que, por envolver **premissas demográficas, biométricas, econômicas e financeiras**, o nível de imprevisibilidade é significativo e, mesmo que se estimasse um fluxo de pagamentos com poucas variações, não há ativo disponível que viabilize um *hedge* perfeito. Nesse contexto, busca-se a **melhor imunização possível** (casamento de fluxo com Renda Fixa) e a composição complementar de uma carteira ótima.

É importante destacar que o estudo de ALM não envolve críticas/alterações no fluxo de pagamento de obrigações informado pelo cliente.

Para o fluxo apresentado foi utilizada a taxa de desconto de **4,99%** ao ano, com base no balancete de **Julho**, refletindo um **Superávit** técnico de aproximadamente R\$ **1,71** bilhões.

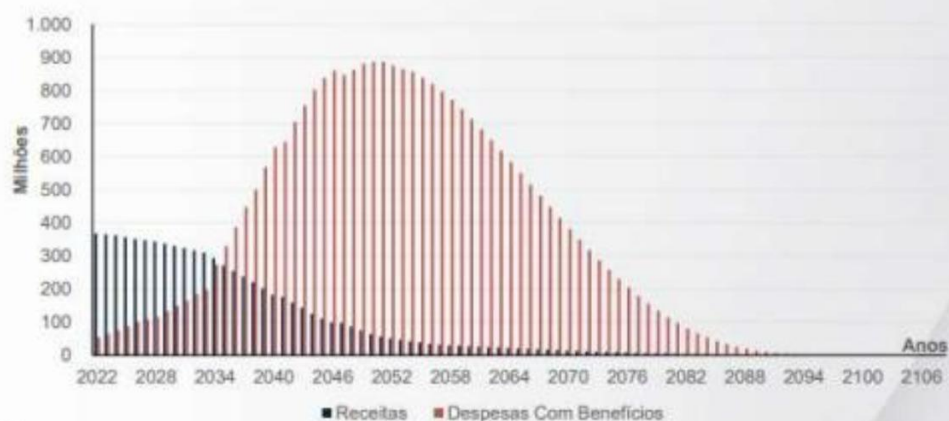


16



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

PASSIVO – Fluxo de Obrigações Financeiras



17



CARTEIRA DE ATIVOS E PREMISSAS



Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

CARTEIRA ATUAL

Os slides a seguir descrevem os investimentos que compõe o portfólio atual do plano, além da sua categorização para o estudo de ALM.

Para os fundos de estratégia e característica similares, são utilizados os mandatos definidos na Política de Investimentos. Para cada mandato, existe a definição de *benchmark* específico, em linha com sua categoria e expectativa de retorno.

Os títulos de crédito privado e públicos, mantidos em carteira própria ou fundos exclusivos, desde que classificados como “mantidos até o vencimento”, são considerados no casamento do fluxo futuro do plano (parcela destinada à imunização do passivo) utilizando-se das suas taxas de aquisição.

19



CARTEIRA ATUAL

A tabela a seguir apresenta a correspondência entre cada investimento do plano e os mandatos definidos para o estudo.

Ativo	Valor Financeiro (R\$)	Mandato
CEF FI BR RF TP	126.557.909,78	Renda Fixa CDI
CEF BRASIL 2024 IV TP	174.900.951,12	Renda Fixa IMA-B
CEF BRASIL 2024 VI TP	35.026.344,98	Renda Fixa IMA-B
BS Prev TP IPCA VI	2.616.031,47	Renda Fixa IMA-B 5
BS Previd RF TP X	7.337.152,51	Renda Fixa IMA-B 5
BS Prev TP IPCA	49.121.961,54	Renda Fixa IMA-B 5
Itaú Inst DI 219 FI	412.435.213,85	Renda Fixa CDI
Itaú Ações EM IE FICFI	133.128.482,04	Investimento no Exterior RV
Santander G Equities MM IE	135.754.119,15	Investimento no Exterior RV
Santander FI IMA-B 5 Top	9.055,92	Renda Fixa IMA-B 5
Safra IMA FIC FI RF	67.778,16	Renda Fixa IMA-B
Safra Soberano Ref DI	56.525.450,15	Renda Fixa CDI
BTG Absoluto Inst FIA	143.367.373,67	Renda Variável
BTG Tesouro SELIC	7.391,32	Renda Fixa CDI
NTN-Bs HIM	1.442.175.597,41	Carteira de Títulos
Total	2.719.030.813,07	-

20





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

CONSOLIDAÇÃO DOS MANDATOS

A tabela abaixo apresenta a correspondência entre os diversos mandatos mantidos no plano e os *benchmarks* considerados.

Mandato	Carteira Atual	% PL	Benchmark
Renda Fixa CDI	595.525.965,10	21,90	CDI
Renda Fixa IMA-B	209.995.074,26	7,72	IMA-B
Renda Fixa IMA-B 5	59.084.201,44	2,17	IMA-B 5
Multimercado Estruturado	0,00	0,00	CDI + 2,00% a.a.
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	IPCA + 8,00% a.a.
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	IFDX
Renda Variável	143.367.373,67	5,27	IBrA
Investimento no Exterior RF	0,00	0,00	Global Agg Bond
Investimento no Exterior RV	268.882.601,19	9,89	MSCI ALL Country
Carteira de Títulos	1.442.175.597,41	53,04	*
Total	2.719.030.813,07	-	-

21 * Para os títulos públicos e privados marcados na curva foram consideradas as taxas e fluxos individuais dos papéis.



OUTRAS HIPÓTESES E RESTRIÇÕES

Adicionalmente às premissas apresentadas, ainda são consideradas na elaboração dos estudos as seguintes variáveis definidas pelo cliente:

- **Taxa de reinvestimento:** 100% da variação do CDI - Isso implica que todos os novos recursos recebidos, todos os fluxos dos títulos da carteira e todas as sobras dos desinvestimentos planejados (venda de imóveis, desinvestimentos de FIP etc.) serão reinvestidos a CDI, o que é uma hipótese bastante conservadora.
- **Taxa de transferência para custeio administrativo:** a Rio Previdência apresentou o fluxo projetado de despesas administrativas, que foi considerado nas projeções de fluxo de caixa e solvência do plano.

22





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



RESULTADOS



ESTUDO DE ALM – CARTEIRA OTIMIZADA

Mandato	Carteira Atual (R\$)	% PL	Carteira Otimizada (R\$)	% PL	Diferença (R\$)
Renda Fixa CDI	595.525.985,10	21,90	239.818.517,71	8,82	-355.707.447,39
Renda Fixa IMA-B	209.995.074,26	7,72	209.995.074,26	7,72	0,00
Renda Fixa IMA-B 5	59.084.201,44	2,17	59.084.201,44	2,17	0,00
Multimercado Estruturado	0,00	0,00	33.987.885,16	1,25	33.987.885,16
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	27.190.308,13	1,00	27.190.308,13
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	16.314.184,88	0,60	16.314.184,88
Renda Variável	143.367.373,67	5,27	233.095.390,50	8,57	89.728.016,83
Investimento no Exterior RF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento no Exterior RV	268.882.601,19	9,89	268.882.601,19	9,89	0,00
Carteira de Títulos	1.442.175.597,41	53,04	1.630.662.649,79	59,97	188.487.052,38
Total	2.719.030.813,07	-	2.719.030.813,07	-	0,00

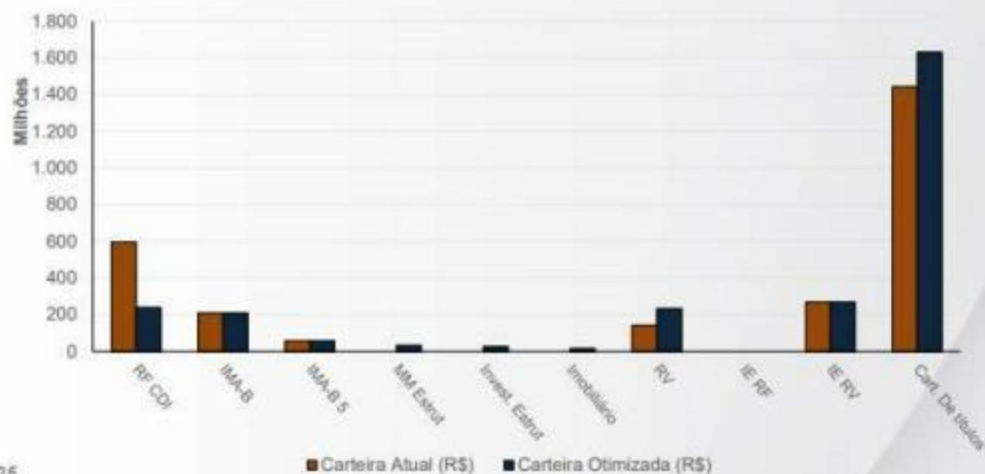
24





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

CARTEIRA OTIMIZADA



ESTUDO DE ALM – CARTEIRA DE TÍTULOS

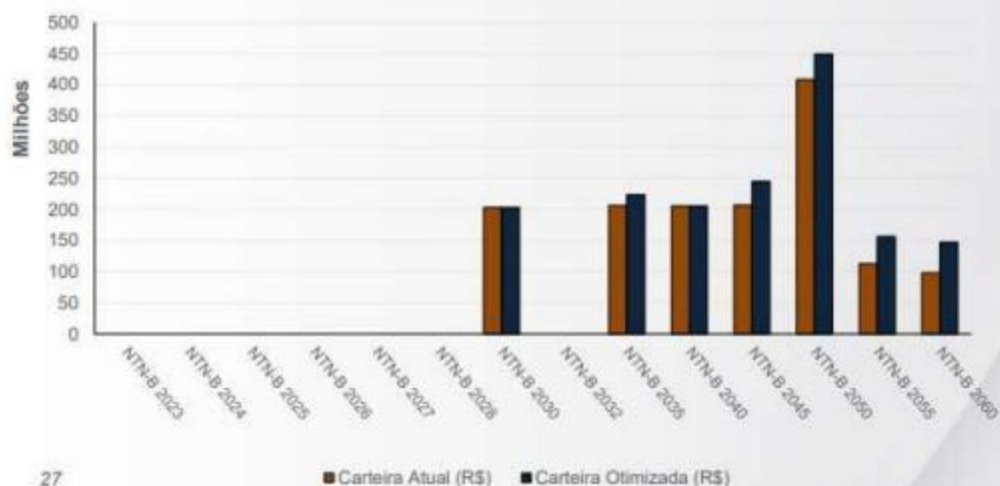
Titulos	Carteira Atual (R\$)	% PL	Carteira Otimizada (R\$)	% PL	Diferença (R\$)
NTN-B 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2027	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2028	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2030	203.146.178,27	14,09	203.146.178,27	12,46	0,00
NTN-B 2032	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTN-B 2035	206.547.974,87	14,32	223.736.066,03	13,72	17.188.111,16
NTN-B 2040	205.417.715,25	14,24	205.417.715,25	12,60	0,00
NTN-B 2045	206.992.951,97	14,35	245.058.383,35	15,03	38.066.431,38
NTN-B 2050	408.704.642,42	28,34	449.490.104,62	27,56	40.785.462,20
NTN-B 2055	113.063.820,53	7,84	156.568.313,54	9,60	43.504.493,01
NTN-B 2060	98.302.314,10	6,82	147.244.868,74	9,03	48.942.554,64
Total	1.442.175.997,41	-	1.630.662.649,79	-	188.487.052,38

ADITUS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

CARTEIRA DE TÍTULOS



27



FLUXO FUTURO DE CAIXA

No slide a seguir, é apresentada a **cobertura do passivo somente a partir dos fluxos gerados pela carteira de títulos**. O gráfico demonstra a entrada de recursos provenientes do pagamento de cupom e de principal dos títulos públicos e privados ao longo dos anos.

Assim, a ideia é **visualizar a necessidade de desinvestimento ao longo do tempo**, de modo que os gestores do plano tenham condições de anteciparem os movimentos de adequação do portfólio para cobertura do fluxo de caixa.

Todos os valores são rentabilizados por seu indexador e descontados pela inflação no período, ou seja, os gráficos traduzem os valores reais ao longo dos anos.

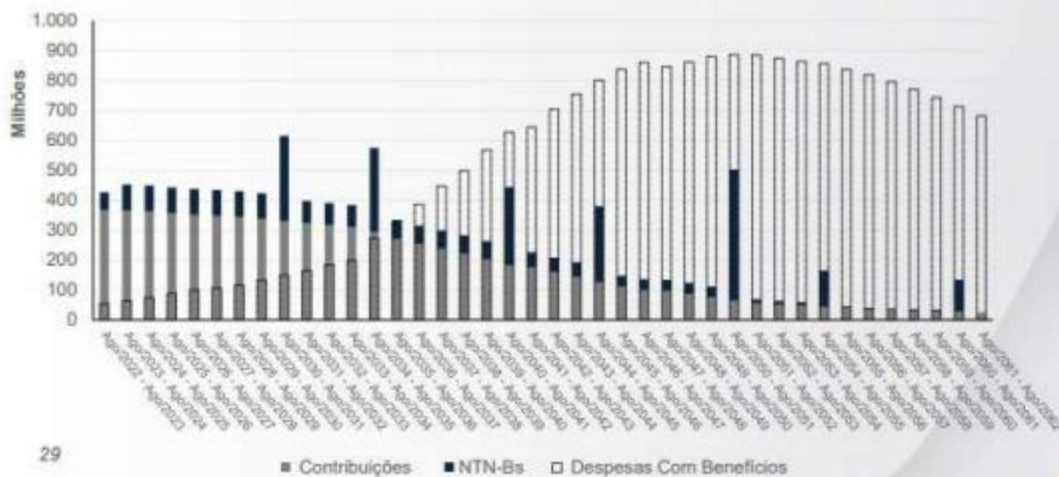
28



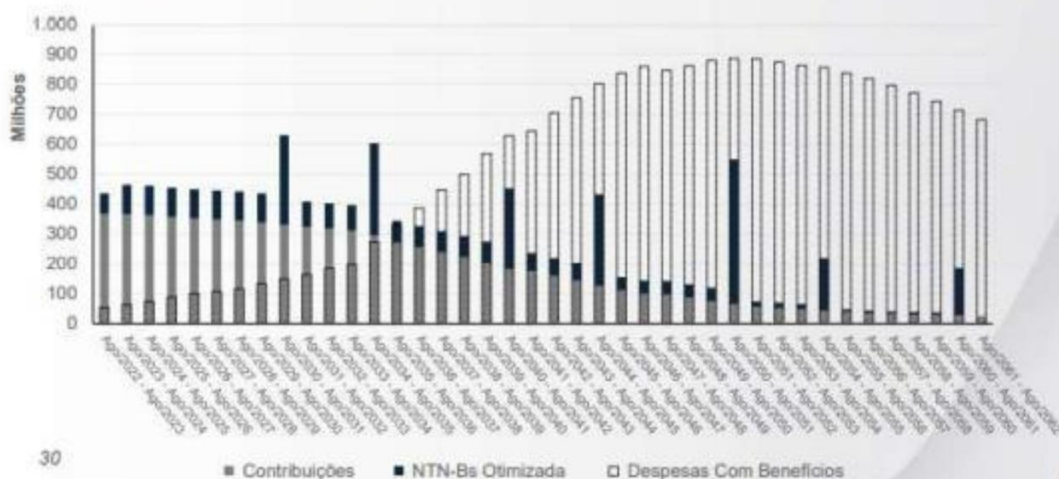


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

FLUXO FUTURO DE CAIXA CARTEIRA ATUAL



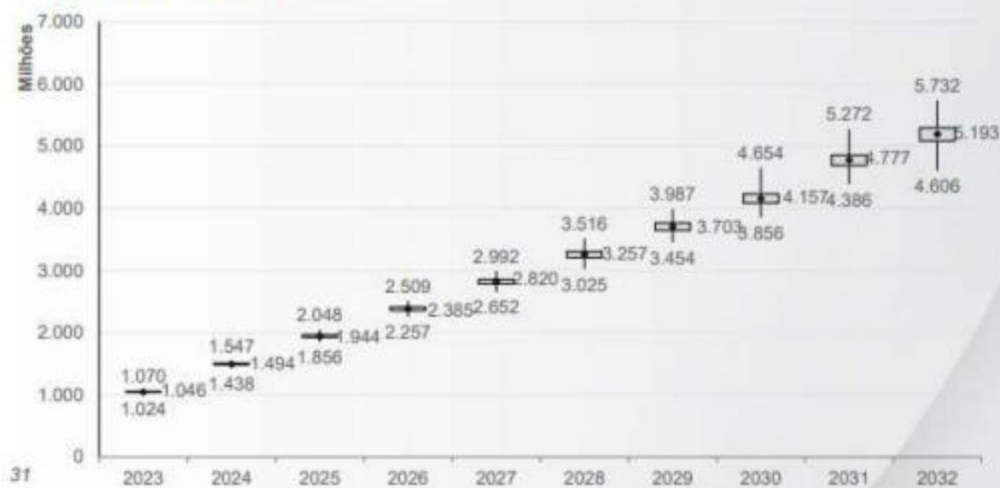
FLUXO FUTURO DE CAIXA CARTEIRA OTIMIZADA



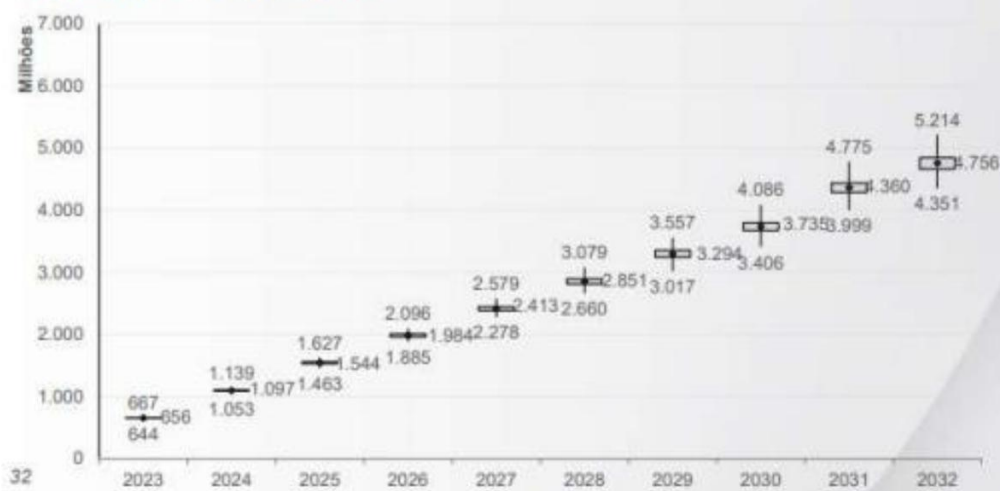


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

SALDO EM CAIXA CARTEIRA ATUAL



SALDO EM CAIXA CARTEIRA OTIMIZADA





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

EVOLUÇÃO DA RAZÃO DE SOLVÊNCIA

A razão da solvência considera o valor presente dos ativos sobre o valor presente do passivo atuarial, portanto, reflete o nível de cobertura do passivo pelos ativos do plano.

A razão se resume à seguinte fórmula:

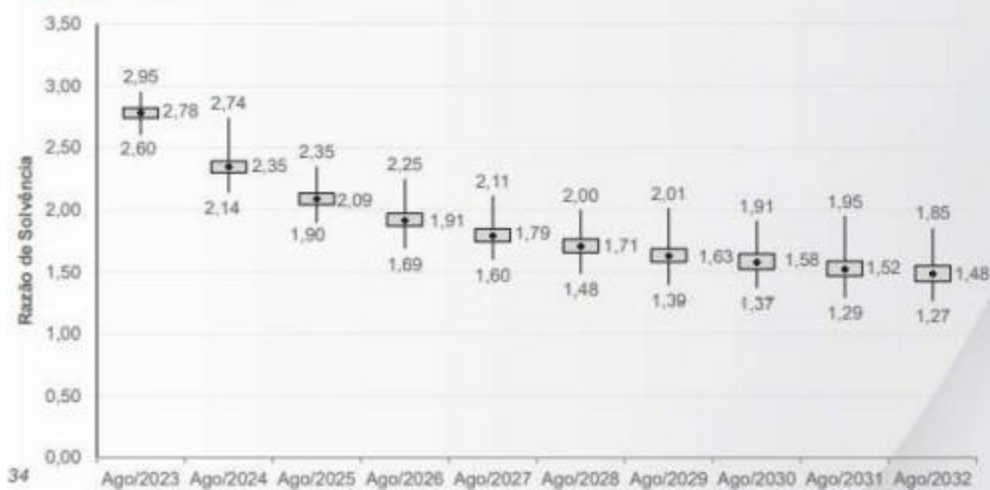
$$\text{Razão de solvência} = \frac{\text{Ativos a valor presente}}{\text{Passivo atuarial a valor presente}}$$

Os slides a seguir apresentam a evolução desta razão ao longo do tempo.

33



RAZÃO DE SOLVÊNCIA CARTEIRA ATUAL



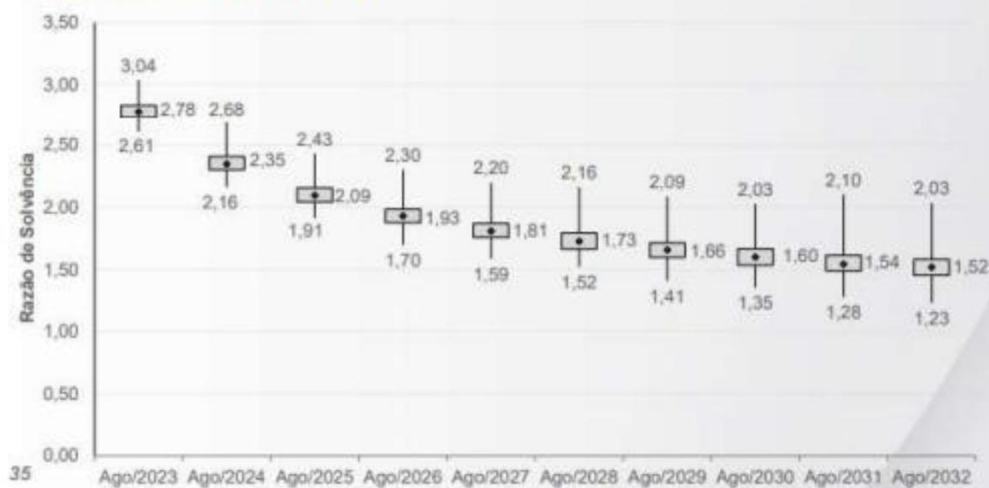
34





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

RAZÃO DE SOLVÊNCIA CARTEIRA OTIMIZADA



PROBABILIDADE DE DÉFICIT E DÉFICIT MÉDIO

A seguir, estão apresentadas a probabilidade de ocorrência e os valores estimados de déficit.

O déficit é caracterizado a partir do momento em que as provisões matemáticas do plano se tornam superiores à totalidade de ativos que compõe sua carteira.

Os dados demonstram a quantidade de cenários em que ocorre o déficit (probabilidade de déficit) em comparação com a média do déficit nesses cenários (déficit médio).

36





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

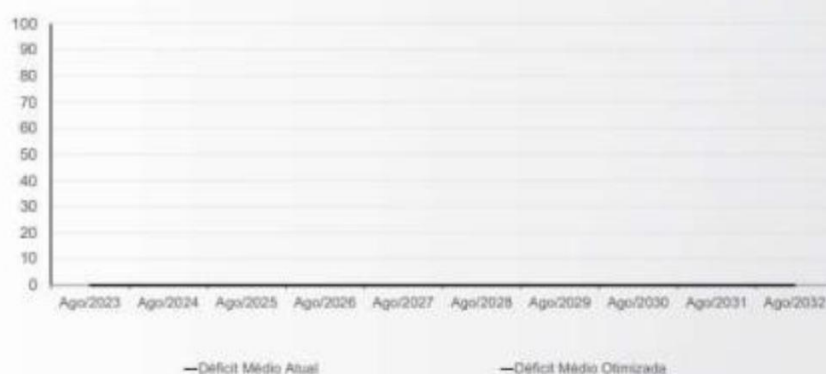
PROBABILIDADE DE DÉFICIT



37



DÉFICIT MÉDIO



38



Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

TIR – RETORNO DOS ATIVOS

A TIR (Taxa Interna de Retorno) apresentada foi obtida considerando o saldo dos fluxos realizados a cada ano e a mediana do saldo de ativos projetado no estudo de ALM.

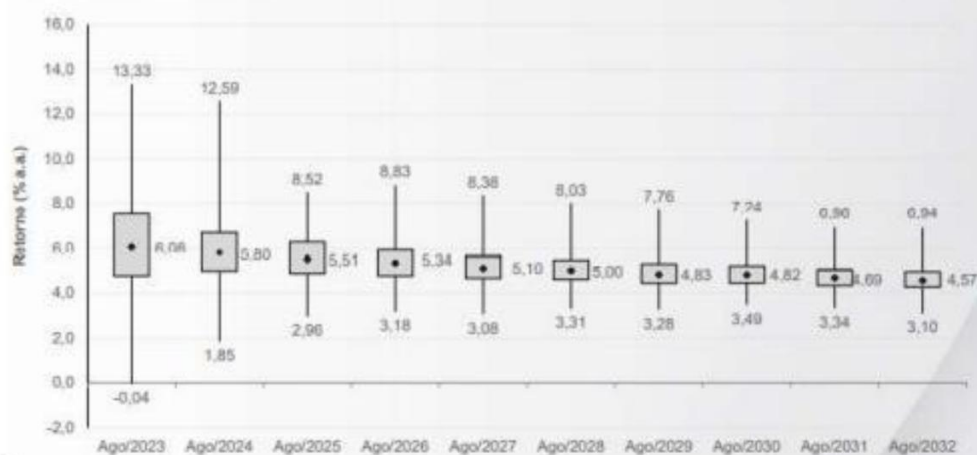
Nesse contexto, temos ainda o fluxo atuarial de entradas (contribuições) e saídas (pagamentos de benefícios), que são determinísticos, uma vez que refletem simplesmente as projeções feitas pelo atuário com base nas hipóteses adotadas.

A seguir, temos a TIR de cada um dos próximos 10 anos.

39



TIR – RETORNO DOS ATIVOS CARTEIRA ATUAL



40





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

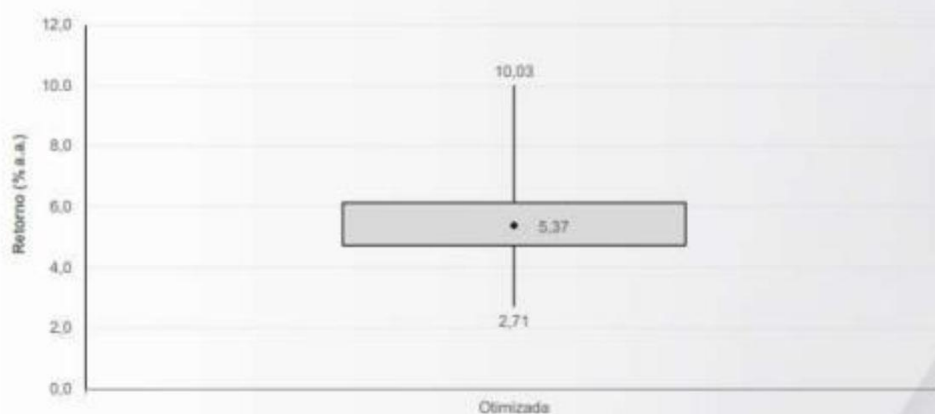


Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

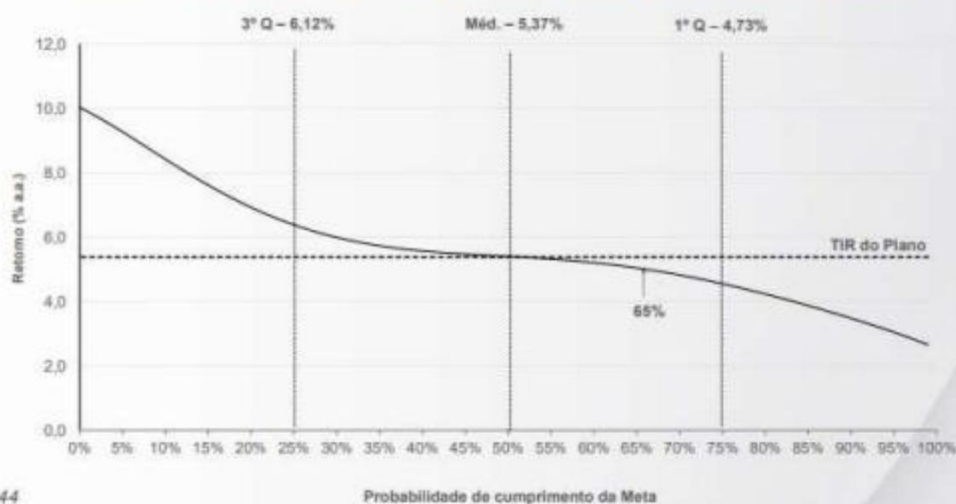
TIR – RETORNO DOS ATIVOS – MÉDIA 10 ANOS CARTEIRA OTIMIZADA



43



PROBABILIDADE DE CUMPRIMENTO DA META



44



Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br



PROBABILIDADE DE CUMPRIMENTO DA META

Considerando os resultados dos estudos, bem como a projeção da carteira otimizada face aos riscos das classes de investimentos previstas para o portfólio, foram estimadas, conforme a tabela, as probabilidades de retorno para o período de 10 anos.

Probabilidade	Retorno
25%	$\leq 4,73\%$
50%	$> 4,73\%$ e $< 6,12\%$
25%	$\geq 6,12\%$

Analisando especificamente a Meta Atuarial do plano, existe um potencial de cumprimento estimado em:

Probabilidade	Meta Atuarial
65%	$\geq 4,99\%$

45



DISCLAIMER

Essa apresentação é destinada a investidores qualificados e não deve ser entendida como recomendação de investimento, desinvestimento ou manutenção de ativos.

Os resultados aqui apresentados baseiam-se em modelos matemáticos, que envolvem simulações de cenários futuros. Ainda que a metodologia de tais simulações seja consagrada, não há garantias de que as mesmas terão acurácia ou, ainda, que os resultados observados venham a acontecer na realidade.

Esse material é de propriedade da ADITUS Consultoria Financeira e não deve ser reproduzido, ainda que parcialmente, ou retransmitido sem a prévia autorização de seus autores.

46





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005
Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br



www.rioprevidencia.rj.gov.br



**GOV
RJ**